

ATA da 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos 22 dias do mês de outubro de 2025, às 09h00min, realizou-se a 71ª Reunião Ordinária do CERH,
2 de forma presencial. Na ausência do Presidente do CERH, Senhor Deusdete Queiroga Filho a reunião
3 foi conduzida pelo Secretário Executivo do Conselho, Senhor Porfírio Catão Cartaxo Loureiro. A
4 Reunião contou com a presença dos seguintes Conselheiros: Porfírio C. C. Loureiro (Secretário
5 Executivo do **CERH**); Kenia Karoline Sousa da Cruz (Suplente **SEPLAG**), Ylka Farias Ferreira
6 (Suplente **SEIRH**), Jancerlan Gomes Rocha (Suplente **SEMAS**), Beranger Arnaldo de Araújo (Titular
7 **AESA**), Elton José da Cunha (Titular **EMPAER**), Carinne Moreira Barbosa (Titular **IBAMA**), Newton
8 Marinho Coelho (Titular **FAMUP**), Thiago Pessoa de Sousa (Titular **CAGEPA**), Walace Medeiros de
9 Oliveira (Suplente **CAGEPA**), Sérgio Eduardo Cavalcante de Oliveira (Titular **FIEP/SINDUSCON**),
10 Domingos Lelis Filho (Suplente **FAEPA**), Alfredo Nogueira da Silva Neto (Titular **ASPLAN**), Ana
11 Cristina Souza da Silva (Suplente **UFPB**), Paulo da Costa Medeiros (Titular **UFCG**), Maria Adriana
12 de Freitas M. Ribeiro (Titular **ABRHidro**), José Reynolds Cardoso Melo (Titular **ABES**), Franklin
13 Mendonça Linhares (Suplente **ABES**), Josinaldo Francisco da Silva (Suplente **CBH-LS**). Os
14 Conselheiros Jair Correia Matos (FAEPA), Guttemberg da Silva Silvino (UFPB), Samara Galvão da
15 Silva (SUDEMA), Ivanildo Santana Duarte (CBH-LS), Hermano Oliveira Rolim (CBH-PPA),
16 justificaram suas ausências na reunião. Estiveram presentes os servidores da AESA Joacy Mendes
17 Nóbrega, Waldemir Fernandes de Azevedo, Diego Magno, Ana Emília Duarte, Lovania Werlang,
18 Bianca Maria Limeira de Azevedo, Josemi Cavalcanti. Também estiveram na reunião Márcia Andrade
19 (Defesa Civil estadual), Felipe Gonçalves Rodrigues e Leonardo Santos da SEMAN de Alhandra. Após
20 a verificação de quórum às 09h00min, o Senhor Porfírio Loureiro iniciou a reunião dando as boas-vindas
21 aos presentes e fez a leitura da Pauta da Reunião: I- Abertura; II- Verificação de “quórum”; III- Leitura,
22 discussão e votação da Ata da 70ª Reunião Ordinária; IV- Leitura do Expediente; V- Posse de
23 Conselheiros; VI- Apresentação do Plano de Aplicação do FERH para 2026. Apresentação do Parecer
24 da CTTE; VII- Apresentação da Proposta para revisão do mandato dos membros das Câmaras Técnicas.
25 (Art. 3º do Decreto Nº 25.764/2002 - As Câmaras Técnicas serão constituídas de, no mínimo, três e,
26 no máximo, cinco membros, com mandato de um ano, admitida a recondução). Apresentação do Parecer
27 da CTIL; VIII- Outros assuntos; IX- Palavra facultada; X- Encerramento. O Senhor Porfírio Loureiro
28 informou que como é de praxe, a Ata da 70ª Reunião Ordinária havia sido enviada a todos os
29 Conselheiros, juntamente com o Convite para a reunião, então seria dispensável a leitura da mesma, por
30 isso seria passado para a discussão dos fatos relatados na Ata e votação de sua aprovação. Não houve
31 contestações e a Ata da 70ª Reunião Ordinária foi aprovada. Prosseguindo, o Senhor Porfírio informou

32 que a Secretaria do CERH recebeu expedientes, como segue: 1- da Secretaria de Estado do
33 Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG indicando o senhor José Jakson Amâncio Alves e a
34 senhora Kenia Karoline Sousa da Cruz como seus representantes junto ao CERH; 2- da Superintendência
35 do IBAMA no Estado da Paraíba indicando a senhora Carinne Moreira Barbosa e o senhor Rodrigo
36 Dutra Escarião como seus representantes junto ao CERH; 3- da Universidade Estadual da Paraíba –
37 UEPB, indicando o senhor José Etham de Lucena Barbosa e a senhora Joseline Molozzi como seus
38 representantes junto ao CERH; 4- Associação de Plantadores de Cana da Paraíba – ASPLAN, indicando
39 os senhores Alfredo Nogueira da Silva Neto e Francisco Siqueira de Lima Neto como seus
40 representantes junto ao CERH; 5- do Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado da
41 Paraíba – SINDALCOOL, reconduzindo os senhores Edmundo Coelho Barbosa e Danilo da Silva
42 Maciel como seus representantes junto ao CERH; da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba –
43 FAEPA, indicando os senhores Jair Correia Matos e Domingos Lélis Filho como seus representantes
44 junto ao CERH; da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA, reconduzindo os senhores
45 Thiago Pessoa de Sousa e Wallace Medeiros de Oliveira como seus representantes junto ao CERH; da
46 Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRHidro, reconduzindo a senhora Maria Adriana de
47 Freitas M. Ribeiro e Victor Hugo Rabelo Coelho como seus representantes junto ao CERH; do Comitê
48 das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul – CBH-LS, indicando os senhores Ivanildo Santana Duarte e
49 Josinaldo Francisco da Silva como seus representantes junto ao CERH. Seguindo a Pauta, o Senhor
50 Porfírio convidou os senhores Isis Rafaela da Silva e Jancerlan Gomes Rocha, da SEMAS; José Jakson
51 Amâncio Alves e Kenia Karoline Sousa da Cruz, da SEPLAG; Carinne Moreira Barbosa e Rodrigo
52 Dutra Escarião, do IBAMA; Alfredo Nogueira da Silva Neto e Francisco Siqueira de Lima Neto, da
53 ASPLAN; Jair Correia Matos e Domingos Lélis Filho, da FAEPA; Thiago Pessoa de Sousa e Wallace
54 Medeiros de Oliveira, da CAGEPA; Maria Adriana de Freitas M. Ribeiro e Victor Hugo Rabelo Coelho,
55 da ABRHidro; Ivanildo Santana Duarte e Josinaldo Francisco da Silva, do CBH-LS para tomarem posse.
56 Os Conselheiros foram empossados para um mandato de dois anos, conforme o Art. 3º do Decreto Nº
57 18.824, de 02/04/1997, que aprova o Regimento Interno do CERH. Prosseguindo, o senhor Porfírio
58 informou que um expediente enviado para a Secretaria do CERH pela conselheira Mirella Leôncio Motta
59 e Costa solicitando um ajuste no tempo de mandato dos membros das Câmaras Técnicas, foi
60 encaminhado para análise e Parecer da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais e Integração
61 de Procedimentos – CTIL. Os membros da CTIL analisaram a Proposta e recomendaram a fixação do
62 prazo do mandato em dois anos, tendo como termo inicial após aprovação do Conselho, prorrogando os
63 mandatos dos membros atuais. Em seguida o senhor Porfírio apresentou a minuta da Resolução CERH
64 Nº 047/2025, de 22 de outubro de 2025, que dispõe sobre a prorrogação do mandato dos membros das
65 Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de um ano para dois anos. A Resolução

CERH Nº 047/2025 foi aprovada pelos membros do CERH e seguirá para assinaturas do Presidente e do Secretário Executivo do CERH e posterior publicação no Diário Oficial do Estado.

Em seguida o Senhor Porfírio convidou as servidoras da AESA Lovania Werlang e Bianca Maria Limeira para apresentarem o Plano de Aplicação dos Recursos do FERH para o período de 2026 a 2029. A senhora Lovania cumprimentou os presentes e iniciou a apresentação expondo que a Política de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba, instituída pela Lei Estadual nº 6.308/1996, em consonância com as disposições das Constituições Federal e Estadual, bem como com a Política Nacional do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, estabelece objetivos, princípios básicos, diretrizes e instrumentos voltados a assegurar a eficiência no planejamento e no gerenciamento da água bruta no Estado. Com o intuito de viabilizar financeiramente a execução dessa política, a referida lei criou o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH, destinado a promover a aplicação de recursos financeiros na implementação do Sistema Integrado de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos. A legislação determina, ainda, que o FERH seja administrado pela Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA e supervisionado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, cabendo à AESA exercer a gerência administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo, conforme disciplinado também pela Lei Estadual nº 7.779/2005. Prosseguindo, expos que de acordo com as atribuições previstas no Decreto Estadual nº 31.215/2010, que regulamenta o FERH, compete à AESA elaborar anualmente o Plano de Aplicação dos Recursos, o qual deve ser encaminhado pela Secretaria de Estado da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos – SEIRH ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, para análise e deliberação até o mês de setembro do ano anterior à sua execução. Exercendo suas competências, a AESA apresenta a presente minuta do Plano Plurianual de Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH que, diferentemente dos anos anteriores, este Plano assume caráter plurianual, abrangendo o período de 2026 a 2029. Essa mudança é possível porque, atualmente, a AESA dispõe de bases de planejamento, constituídas tanto pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos quanto pelos Planos das Bacias Hidrográficas, que permitem estruturar um horizonte de execução mais amplo, integrado e estratégico. Prosseguindo, informou que a concepção do presente Plano Plurianual está fundamentada na articulação entre os programas e ações previstos nesses instrumentos de planejamento, garantindo maior eficiência na aplicação dos recursos do FERH, maior previsibilidade para os Comitês de Bacias Hidrográficas e maior alinhamento com os objetivos da Política Estadual de Recursos Hídricos. A seguir, a senhora Bianca informou que o objetivo do Plano é orientar a aplicação de recursos do FERH, conforme prevê a Política Estadual de Recursos Hídricos, baseada no Plano Estadual de Recursos Hídricos e Planos de Bacias Hidrográficas, devidamente compatibilizada com o Orçamento e os recursos orçamentários do Estado destinados ao Fundo no ano do exercício. Com a elaboração/atualização dos Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas Litorâneas e do Plano Estadual de Recursos Hídricos, foi possível estruturar um planejamento mais

101 amplo para o período plurianual de 2026 a 2029. A senhora Lovania informou que esse planejamento
102 permite articular de forma estratégica os programas e subprogramas previstos, garantindo a aplicação
103 dos recursos de acordo com critérios técnicos e em consonância com os compromissos estabelecidos
104 pela Política Estadual de Recursos Hídricos. Ressalta-se, contudo, que o planejamento previsto para os
105 anos de 2027 a 2029 possui caráter preliminar, estando sujeito a ajustes e complementações, de modo a
106 permitir a inclusão de novas ações à medida que forem identificadas necessidades específicas voltadas
107 ao aprimoramento da gestão dos recursos hídricos e à efetiva implementação de seus instrumentos de
108 gestão. A concepção deste Plano de Aplicação parte de um processo participativo, no qual a AESA, em
109 período previamente estabelecido, mantém-se aberta ao recebimento de propostas de projetos
110 encaminhadas pelos Comitês de Bacia Hidrográfica. Essa etapa de escuta e coleta de propostas é
111 fundamental para assegurar que o planejamento reflita as necessidades locais e os interesses da gestão
112 compartilhada. Para os programas previstos no Plano Estadual de Recursos Hídricos, a definição do
113 valor a ser aplicado em cada Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) foi realizada mediante divisão
114 proporcional à arrecadação obtida em cada uma dessas bacias. Dessa forma, assegura-se um modelo de
115 distribuição justo, que considera a realidade de cada região hidrográfica e promove a equidade na
116 aplicação dos recursos. Já para os programas previstos nos planos das Bacias Hidrográficas Litorâneas,
117 foram adotados como referência os valores informados na planilha orçamentária desses planos. Esse
118 alinhamento garante que os investimentos estejam diretamente vinculados às necessidades
119 diagnosticadas e às metas estabelecidas. Cumpre observar, entretanto, que os documentos
120 disponibilizados ainda se encontram em processo de revisão, estando, portanto, sujeitos a alterações.
121 Dessa forma, eventuais ajustes podem ser realizados, à medida que os estudos técnicos forem atualizados
122 e consolidados. Adicionalmente, destaca-se que os Planos das Bacias Hidrográficas Litorâneas
123 consideraram, em sua concepção original, o início da execução dos programas no ano de 2024. Contudo,
124 como o processo de elaboração e revisão somente será concluído no final de 2025, o início efetivo de
125 sua execução foi reprogramado para 2026. Dessa forma, os prazos foram ajustados de modo a refletir a
126 realidade de implementação das ações a partir de 2026, garantindo maior coerência e consistência na
127 aplicação dos recursos. Cumpre destacar que alguns programas previstos nos planos das bacias
128 litorâneas foram agrupados a programas correlacionados do Plano Estadual. Essa integração foi
129 necessária, uma vez que diversas ações previstas já se encontram inseridas na rotina interna da AESA e
130 vêm sendo realizadas com recursos próprios da instituição, sem a necessidade de contratação de serviços
131 externos, tais como técnicos especializados ou locação de veículos. Essa racionalização permite maior
132 eficiência no uso dos recursos do Fundo, direcionando-os para demandas que efetivamente requerem
133 novos investimentos. Além disso, algumas ações previstas nos Planos de Recursos Hídricos das Bacias
134 Litorâneas já foram executadas, a exemplo daquelas citadas no subprograma C1.1 – Banco de Outorgas
135 nas bacias hidrográficas do Litoral Sul e do Litoral Norte, concluídas durante o estudo voltado ao

136 aprimoramento da outorga de uso da água. Isso demonstra a capacidade técnica e operacional da AESA
137 em antecipar demandas e implementar soluções antes mesmo da destinação formal dos recursos. Diante
138 desse contexto, ressalta-se que o foco deste Plano de Aplicação não deve se restringir apenas aos valores
139 financeiros previstos, mas principalmente à efetividade das ações a serem executadas. Grande parte do
140 montante total estimado será absorvida por iniciativas internas já implementadas pela AESA, sem custos
141 adicionais, o que reforça o compromisso da Instituição com a boa gestão dos recursos públicos, a
142 transparência na aplicação dos valores arrecadados e a busca contínua pela sustentabilidade hídrica do
143 Estado da Paraíba. Ressalta-se, entretanto, que a aplicação integral dos recursos planejados encontra
144 limitações práticas, notadamente em razão do orçamento anual efetivamente liberado pelo Estado da
145 Paraíba, o que pode restringir a execução de parte das ações em determinados exercícios financeiros.
146 Além disso, há a necessidade de compatibilizar os valores previstos com iniciativas já inseridas na rotina
147 da AESA, como as alocações anuais de água, e também com ações já concluídas, a exemplo do programa
148 Banco de Outorgas. Essa sobreposição evidencia que parte das metas já foi internalizada ou executada,
149 demandando ajustes na priorização para que os recursos do FERH sejam aplicados de forma eficiente e
150 complementar. Esse plano reflete o compromisso da AESA com a utilização responsável e transparente
151 dos recursos oriundos da Cobrança pelo Uso da Água, de forma a assegurar que os investimentos sejam
152 direcionados para ações prioritárias, estruturantes e alinhadas aos instrumentos de planejamento.
153 Prosseguindo, a senhora Lovania informou que o fluxo de elaboração do Plano de Aplicação segue a
154 seguinte sequência: a) solicitação e recebimento de propostas de projetos indicados pelos CBHs; b)
155 compatibilização das propostas aos objetivos e finalidades do FERH; c) seleção e priorização dos
156 Programas do PERH e dos Planos de Bacias Hidrográficas; d) envio da minuta do Plano de Aplicação à
157 Câmara Técnica de Temas Especiais - CTTE, para análise, aprovação e elaboração de Parecer; e)
158 apresentação da minuta do Plano de Aplicação ao CERH; f) análise e aprovação do Plano de Aplicação
159 dos Recursos Financeiros do FERH. Em seguida, a senhora Lovania informou que foram contemplados,
160 para a previsão de aplicação dos recursos do FERH, os seguintes programas: a) Programas do Plano
161 Estadual de Recursos Hídricos - PERH: Gestão de Recursos Hídricos; Segurança de Barragens;
162 Hidroagrícola; Controle Quantitativo e Qualitativo dos Recursos Hídricos; Educação Ambiental e
163 Comunicação Social; Conservação dos Recursos Hídricos. b) Programas dos Planos de Recursos
164 Hídricos das Bacias Hidrográficas Litorâneas - PRHBHL: Reserva Hídrica (A4); Gerenciamento de
165 Recursos Hídricos em Cenários de Mudanças Climáticas (A7); Certificação de Uso Sustentável da Água
166 (A8); Controle da Poluição Concentrada no Riacho Mussuré, Aterros Sanitários e Distrito Industrial I
167 (Litoral Sul - B3); Controle da Poluição Industrial (Litoral Norte - B3); Educação Ambiental (B5);
168 Recuperação e Preservação Ambiental de Interesse para a Gestão dos Recursos Hídricos (B1);
169 Fortalecimento dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos (C1); Sistema de Suporte à Decisão
170 (C2); Monitoramento Integrado Qualiquantitativo e Segurança Hídrica (C3); Rede Hidrometeorológica

171 (C8-Litoral Norte e C7-Litoral Sul); Comunicação Social (D1); Articulação Multi-institucional (D2);
172 Fortalecimento do CBH-LS e CBH-LN (D3); c) Ações Emergenciais – Planos de Recursos Hídricos das
173 Bacias Hidrográficas Litorâneas: Revisão das Simulações de Atendimento à RMJP com a implantação
174 de novos reservatórios nas Bacias Hidrográficas do Litoral Sul e Cenários de Mudanças Climáticas (AE1
175 – Litoral Sul); Segurança do Reservatório Gramame-Mamuaba e Avaliação do Reservatório do
176 Cupissura (AE2 - Litoral Sul); Fiscalização, Descomissionamento ou Adequação de Barramentos
177 Irregulares (AE1 - Litoral Norte); Antropização das Nascentes do rio Bananeiras (AE2 - Litoral Norte);
178 Degradação do Entorno do Reservatório Araçagi (AE4 - Litoral Norte); Controle da Voçoroca na Terra
179 Indígena (AE6 - Litoral Norte). Em seguida, Lovania apresentou a estimativa dos recursos necessários
180 para cada do quadriênio, que podem ser verificados nas planilhas em anexo. Também destacou que a
181 execução integral dos programas previstos no Plano está condicionada ao desembolso orçamentário
182 efetivamente disponibilizado pelo Governo do Estado em cada exercício. Para o ano de 2026, o Plano
183 de Aplicação dos Recursos do FERH estabelece um desembolso financeiro total de R\$ 17.411.603,29
184 (dezessete milhões, quatrocentos e onze mil, seiscentos e três reais e vinte e nove centavos). Para os
185 anos seguintes, foram previstos os seguintes valores: R\$ 6.773.021,85 (seis milhões, setecentos e setenta
186 e três mil, vinte e um reais e oitenta e cinco centavos) em 2027; R\$ 5.028.220,67 (cinco milhões, vinte
187 e oito mil, duzentos e vinte reais e sessenta e sete centavos) em 2028; e R\$ 5.028.220,67 (cinco milhões,
188 vinte e oito mil, duzentos e vinte reais e sessenta e sete centavos) em 2029. Lovania encerrou a
189 apresentação do Plano de Aplicação do FERH, agradeceu e se colocou a disposição para elucidar
190 eventuais dúvidas. O senhor Porfírio agradeceu a Lovania e a Bianca e leu o Parecer da Câmara Técnica
191 de Temas Especiais, que foi favorável a aprovação do Plano. Em seguida, facultou a palavra aos
192 conselheiros. O conselheiro Reynolds, da ABES, parabenizou a equipe da AESA pela apresentação do
193 Plano de Aplicação do FERH e por ter utilizado os Programas e Ações discriminadas no Plano Estadual
194 de Recursos Hídricos e nos Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas Litorâneas. Isso é
195 muito importante pois demonstra que os Planos de Recursos Hídricos não vão ser engavetados. Através
196 desse Plano vemos que isso não acontecerá na gestão dos recursos hídricos da Paraíba, pois os
197 Programas e Ações estão sendo utilizados. O senhor Porfírio informou que a fala do conselheiro
198 Reynolds é muito importante e que a AESA só tem condições de fazer isso graças ao nosso Governador,
199 que entendeu que a AESA precisava de reestruturação, então hoje a AESA tem gerências específicas,
200 como, por exemplo, a Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos, que está condensando todos
201 esses estudos, da qual Lovania e Bianca fazem parte, e que tem como gerente a Ana Emília. Além das
202 demandas de responsabilidade da AESA, nós também estamos gerenciando as responsabilidades de
203 todos os outros órgãos, inclusive de entes privados. Continuando, o senhor Porfírio informou que,
204 provavelmente na reunião do dia 10/12/2025, irá anunciar o que está sendo planejado, destacou que não
205 é outro planejamento, é um Power BI, do Plano Estadual de Recursos Hídricos e dos Planos de Recursos

206 Hídricos das Bacias Hidrográficas, onde constarão todas as ações que foram colocadas no PERH, de
207 cada órgão responsável, como por exemplo, a CAGEPA. Foram citadas as adutoras, então queremos
208 saber quantas adutoras foram previstas? Como está o andamento dessas adutoras? Já foram licitadas? O
209 que é que está operacional? Então, nós estamos condensando esses dados. Em seguida o senhor Porfírio
210 agradeceu a Gerência de TI da AESA, pelo Sistema de Informação, que tem condição de extrair essas
211 informações. Também está prevista a inclusão dessas informações no Site da AESA, para que a
212 sociedade acompanhe os Planos. O senhor Porfírio informou que o Power BI é uma plataforma de
213 análise de dados da Microsoft, que permite conectar-se a diversas fontes de dados, visualizar
214 informações e criar relatórios interativos. Ele é usado para transformar dados brutos em informações
215 visuais e acionáveis que auxiliam na tomada de decisão. O senhor Porfírio agradeceu ao conselheiro
216 Reynolds, elogiou o trabalho da Gerência de Planejamento e falou que o Plano Estadual de Recursos
217 Hídricos e os Planos de Bacias Hidrográficas estão sendo acompanhados pela equipe de Planejamento
218 que está focada nas ações previstas nos Planos, para que possamos mostrar à sociedade o que está sendo
219 executado e o que não está sendo executado, porque não está sendo executado e quais são as ações que
220 nós estamos forçando a sua execução. Informou que passou três semanas viajando para outros Estados,
221 com a equipe do Banco Mundial, para apresentar a experiência da AESA. Em duas viagens foi
222 acompanhado pelo Diretor Joacy Mendes e em outra foi acompanhado pelo Diretor Beranger Araújo.
223 Nessas visitas foram apresentados os avanços do órgão gestor, o avanço dos Comitês, o avanço do
224 CERH e a reestruturação da AESA. Então, com certeza nós vamos trabalhar muito para que esses
225 planejamentos, esses Planos sejam executados a risca. Para o que está planejado para 2026 nós já temos
226 os recursos na conta, inclusive, serão repassados recursos para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente
227 e Sustentabilidade – SEMAS, para a execução do Projeto Corredor das Águas, que já foi apresentado e
228 aprovado pelo CERH. Temos também o Projeto de Irrigação do Canal da Redenção que está sendo
229 executado pela Secretaria de Estado da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos – SEIRH, com recursos
230 do FERH e da Cobrança. Continuando, informou que o Governo do Estado irá investir R\$ 68.000.000,00
231 para garantir irrigação de qualidade para esses pequenos usuários, irrigação de qualidade, com o uso
232 racional da água, priorizando o desenvolvimento do nosso Estado. O senhor Porfírio ressaltou o trabalho
233 da Gerência de TI, falou que os estudos estão disponibilizados no Site da AESA para consulta.
234 Prosseguindo, elogiou o CERH pelo comparecimento e participação nas reuniões, em seguida passou a
235 palavra para o conselheiro Josinaldo, do CBH-LS. O conselheiro Josinaldo expôs a satisfação em
236 participar do CERH e parabenizou a AESA pelo Plano de Aplicação do FERH para 2026, continuando,
237 informou que o CBH-LS encaminhou um ofício para a coordenação do FERH em setembro de 2024,
238 tecendo algumas recomendações para a confecção do Plano de Aplicação, como por exemplo, a criação
239 e publicação do Manual Operativo do FERH, para que os Comitês e a sociedade em geral tivessem
240 conhecimento sobre a operacionalização dos recursos do FERH. Também solicitou a abertura de Editais

de Chamamento Público, para execução de projetos, dando condições para que entidades/empresas possam participar do desenvolvimento de ações nas bacias hidrográficas geradoras desses recursos. Expos que quando a reunião com o Comitê foi realizada, foi informado sobre o desenvolvimento de projetos de recuperação ambiental nas bacias hidrográficas, porém não está se vendo uma sequencia no desenvolvimento desses projetos, como por exemplo, a recuperação de matas ciliares, se faz o plantio, mas não há uma continuidade do projeto que termina se perdendo no decorrer do tempo. Se houvesse um edital as pessoas da bacia hidrográfica poderiam participar, concorrer com projetos e desenvolver essas ações na bacia. Se fala muito na preservação e recuperação ambiental, no aumento dos recursos hídricos e isso só acontecerá quando as matas ciliares e as nascentes forem recuperadas. As nascentes estão degradadas por causa do desenvolvimento da agricultura e da pecuária na região. Continuando, perguntou se seria possível inserir essas considerações no Plano, pois são recomendações necessárias, que vão dar um norte e abrir mais espaço de participação para as entidades que habitam nas áreas que precisam ser recuperadas. O senhor Porfírio agradeceu ao conselheiro Josinaldo e explicou que por ser a primeira reunião do CERH que ele está participando, não está a par do desenvolvimento do assunto, pois esse ofício mencionado foi recebido e grande parte das ações recomendadas estão sendo atendidas através do Projeto Corredor das Águas, pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS. O Projeto Corredor das Águas, que faz parte do Programa Paraíba Mais Verde, foi apresentado ao CERH e aprovado, inclusive, com a presença da Secretária da SEMAS. A AESA irá repassar para a SEMAS, no período de quatro anos, o valor de R\$ 4.096.000,00 para a execução desse Projeto, que será iniciado nas duas bacias hidrográficas litorâneas, isto é, litoral norte e litoral sul. O conselheiro Jancerlan, da SEMAS, informou que o Projeto Corredor das Águas já foi apresentado nos Comitês do litoral sul e do litoral norte, porém, se os Comitês acharem necessário podem solicitar que o Projeto seja apresentado novamente, de forma mais detalhada. Também está em andamento o Projeto Regulariza PB, que é um processo de regularização ambiental, que irá identificar propriedades a partir das demandas da comunidade, que envolve o cadastro ambiental e envolve também a questão do termo de compromisso, o PRADA, que é o plano de recuperação de áreas degradadas. Teremos editais e vários diálogos com a comunidade, então, tudo que foi considerado no ofício já está sendo materializado, atualmente estamos fechando o processo orçamentário e então iniciaremos os editais, porém, antes disso, iremos nos reunir com a comunidade para apresentar essa metodologia e receber contribuições. O senhor Porfírio informou que participou do SANEAR PB 2025, onde foi feita uma apresentação do Programa Paraíba Mais Verde. O conselheiro Alfredo, da ASPLAN, que é o presidente do CBH-LN, perguntou por onde começará o Corredor das Águas e, como o Comitê vai requerer a participação no Projeto. O conselheiro Jancerlan explicou que a participação dos Comitês é de suma importância e, como já foi informado, os Comitês podem solicitar que o Projeto seja apresentado novamente, de forma mais ampla,

mais detalhada. O senhor Porfírio expos que, caso o Conselho aprove, pode ser solicitada nova apresentação do Projeto Corredor das Águas. No ano passado foi feita uma apresentação ao CERH, para aprovação do aporte de recursos para o Projeto, agora pode ser feita uma apresentação detalhada, mostrando o que se vai executar e como será essa execução, assim, todas as dúvidas serão sanadas. Continuando, o senhor Porfírio informou que a pedido de alguns conselheiros a 72ª Reunião Ordinária, prevista para o dia 26/11, será adiada para o dia 10/12, pois está coincidindo com o Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, que será realizado no período de 22 a 28 de novembro, em Vitória/ES e solicitou que os conselheiros agendassem essa data, pois será uma reunião muito importante, no período da manhã será a apresentação do Relatório Anual da AESA e em seguida será feita a apresentação dos Relatórios Finais dos Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas Litorâneas, para aprovação do CERH. Então teremos o intervalo para almoço. Na parte da tarde será realizada uma Consulta Pública referente a atualização do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, quando serão solicitadas contribuições do Conselho. A presença dos membros do CERH é muito importante, para que seja possível aprovar os relatórios que serão apresentados. Continuando, o senhor Porfírio informou que o Relatório Anual da AESA será apresentado no dia 18/11 para a Comissão de Desenvolvimento, Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, e no dia 10/12 será apresentado para o CERH. O Relatório Final da atualização do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba deverá ser apresentado na reunião em março de 2026. Com a finalização do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, o Estado terá todos os Planos de Bacias atualizados. Prosseguindo, o senhor Porfírio falou que conta com a presença dos membros do CERH tanto de manhã como de tarde. Como a agenda está apertada, a AESA custeará o almoço, no restaurante do Hotel Littoral, para não perder tempo com deslocamentos. Após a Consulta Pública, se der tempo, solicitará que o conselheiro Jancerlan faça uma apresentação detalhada do Projeto Corredor das Águas, informando como será a execução e como a sociedade terá acesso para participar e ajudar. Caso essa apresentação não possa ser realizada no dia 10 de dezembro, ela será feita em março, no encontro estadual dos Comitês. A conselheira Ana Cristina, da UFPB, que é também a presidente do CBH-LN, expos que ficou feliz por encontrar dois agricultores da região do litoral sul na reunião do CERH, em seguida perguntou se algum conselheiro recebeu cópia do Plano de Aplicação dos Recursos do FERH, informou que houve uma apresentação para o CBH-LS mas não recebeu cópia do Plano, prosseguindo, parabenizou a SEMAS pela apresentação do Projeto Corredor das Águas realizada no CBH-LS e expos que a questão dos editais de chamamento público não é apenas sobre nascentes, são editais para todos esses programas elencados no Plano de Aplicação do FERH, em seguida informou que dispõe de alguns projetos que estão sendo executados pela UFPB, que gostaria de apresentar ao CERH. Destacou que o projeto Comitê nas Escolas foi desenvolvido com o apoio do projeto de extensão da UFPB, os bolsistas foram pagos pela UFPB e não teve nenhum recurso de volta e até hoje o material é utilizado pela AESA,

por isso, sempre solicita os editais de chamamento público, pois novos projetos podem ser desenvolvidos, tanto na UFPB quanto em outros órgãos. Expos sobre o trabalho que é feito pela Agência Peixe Vivo, da bacia do Rio São Francisco. Prosseguindo, externou a dúvida sobre os programas emergenciais que são apresentados nos Planos de Recursos Hídricos, depois se apresentam os programas prioritários, assim, como os Comitês estão acompanhando e participando dos Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas, fica confuso o que são programas emergenciais e o que são programas prioritários, pois o que se quer é a garantia que os programas que foram planejados no Plano de Aplicação do FERH para o período de 2026 a 2029 sejam contemplados. Como o que foi apresentado é um planejamento, se for aprovado pelo CERH, precisa estar amarrado com os Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas, lembrando que, pela Lei 9.423, a cobrança tem que ser aplicada no Plano e o Conselho precisa fazer que isso aconteça. Outra recomendação é que a apresentação do Plano do FERH seja feita por bacia, porque, também segundo a Lei 9.423 os valores arrecadados na bacia devem ser, prioritariamente, aplicados na bacia, então, é importante se saber quanto a bacia tem disponível, então o Plano deve ser por bacia. Informou que na apresentação percebeu que em alguns anos tem mais dinheiro para o Norte do que para o Sul, é isso mesmo? Por que os valores arrecadados no Sul são consideráveis. Ainda complementando a fala do conselheiro Josinaldo, o CBH-LS tem pedido frequentemente o Manual de Operação do FERH, onde deve constar como se ter acesso ao fundo estadual, o que pode ser pedido, porque nós temos inúmeras demandas: as pessoas da bacia, os professores, as prefeituras, as associações querem acessar os recursos do Fundo Estadual, mas não sabem como proceder. A conselheira Ana Cristina fez mais algumas considerações sobre os editais de chamamento público, e sobre os conselheiros não terem recebido o Plano de Aplicação dos Recursos do FERH com antecedência. O senhor Porfírio respondeu aos questionamentos da conselheira Ana Cristina e falou que nesta reunião está sendo aprovado o Plano de Aplicação dos Recursos do FERH para 2026, e apresentado o planejamento até 2029, porque, assim, fica facilitada a abertura de processos e a tramitação na PGE, para o orçamento do Estado. Este planejamento plurianual será enviado para a Secretaria de Planejamento do Estado, nós temos o financeiro, mas para que possamos executar precisamos ter o orçamentário. No próximo ano nós vamos ter reuniões para aprovar a Prestação de Contas de 2025 e aprovar o Plano de Aplicação dos Recursos de FERH para 2027. Todos os programas apresentados foram extraídos dos Planos de Recursos Hídricos, não tem nada fora dos Planos. As ações, os valores, os recursos, está tudo no Plano Estadual de Recursos Hídricos e nos Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas. Todas as ações que foram elencadas como emergenciais e prioritárias serão executadas. Com relação a sua fala sobre a Agência Peixe Vivo, ela é uma Agência de Bacia, não executa nada, é uma secretaria dos Comitês, enquanto a AESA é uma Agência Executiva de Recursos Hídricos, um órgão gestor com estrutura financeira que executa, faz o monitoramento dos recursos hídricos do Estado, faz a Cobrança pelo uso da água bruta, emite Outorgas e Licenças, iniciará, em

breve, a atualização do Enquadramento, tem um Sistema de Informação avançado, disponível para consultas no Site da AESA. Sobre o Plano de Aplicação dos Recursos do FERH não ter sido enviado aos conselheiros, o senhor Porfírio explicou que em 2020 o Conselho aprovou a reestruturação das Câmaras Técnicas, que são compostas por todos os segmentos que fazem parte do CERH. As entidades que compõem o Conselho indicam os seus representantes em cada Câmara Técnica para um mandato de dois anos. Os relatórios/assuntos são enviados para os membros da Câmara Técnica pertinente e é agendada uma reunião entre a AESA e a Câmara Técnica, para que as dúvidas sejam dirimidas e os ajustes sejam feitos, e também seja emitido o Parecer para subsidiar o CERH. No dia da reunião do CERH, a AESA faz a apresentação detalhada do relatório/assunto, apresenta o Parecer da Câmara Técnica e coloca o relatório/assunto em votação, esse é o procedimento que foi estabelecido pelos membros do Conselho quando foi feita a reestruturação das Câmaras Técnicas. Em seguida, o senhor Porfírio perguntou se mais algum conselheiro gostaria de fazer uso da palavra. A conselheira Ana Cristina se manifestou novamente sobre o papel da Agência de Água, então o senhor Porfírio propôs que fosse realizada uma reunião extraordinária para tratar especificamente de Agência de Água e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, informou que essa questão das entidades delegatárias está se tornando inviável e está sendo revista. Com o contingenciamento do orçamento da ANA, alguns Programas foram extintos, como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - PROCOMITÊS. O Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO também está praticamente acabado, porque não estamos recebendo os recursos embora as metas do Programa estejam sendo cumpridas. O Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água – QUALÁGUA está sendo executado com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. A AESA assinou a renovação do Contrato em 2024, porém até hoje a ANA não assinou. A ANA também não tem recursos para continuar com a rede hidrometeorológica, hoje 50% da rede hidrometeorológica está sem dados, e que não se faz gestão de recursos hídricos sem dados. A AESA está bancando 50 % da rede hidrometeorológica na Paraíba. Nenhum outro Estado da Federação está bancando essa rede e justificam que isso é prerrogativa da ANA. Atualmente, o Sistema Nacional de Recursos Hídricos e quem faz parte desse sistema está percebendo como ele está fragilizado. Atualmente, a AESA, o Conselho, os Comitês estão fortes devido a implementação da Cobrança pelo Uso da Água Bruta e pelo PROGESTÃO, sem esses dois instrumentos nós não teríamos avançado. A AESA tem apoiado e fortalecido os Comitês, a Paraíba é o único Estado que tem curso de capacitação, praticamente semanalmente, com foco nos Comitês. A Paraíba fez convênio com o ProfÁgua, através da UFCG e também irá bancar um curso de mestrado com 25 vagas, única e exclusivas para o sistema de recursos hídricos da Paraíba. A conselheira Ana Cristina insistiu em saber se algum conselheiro recebeu o Plano de Aplicação dos Recursos do FERH. O senhor Porfírio respondeu que não, como já foi informado o Plano foi encaminhado para a Câmara Técnica de Temas Especiais - CTTE, que

380 representa o Conselho. Os membros da CTTE foram indicados pelo Conselho, então a Câmara Técnica
381 é o instrumento legal para emitir o Parecer Técnico. A sua pergunta já foi respondida. A conselheira
382 Ana Cristina solicitou que toda a sua fala fosse registrada em Ata. O senhor Porfírio destacou que as
383 reuniões do CERH são gravadas, registradas em Ata que ficam disponíveis para consultas no Site da
384 AESA, na Aba Conselho/Comitês. A seguir, o senhor Porfírio colocou a realização da reunião
385 extraordinária em votação. Os membros do CERH aprovaram a reunião extraordinária para 2026. O
386 conselheiro Alfredo Nogueira, da ASPLAN, que é também o presidente do CBH-LN, expos que tanto o
387 CBH-LS quanto o CBH-LN são fortes e tem uma boa relação com a AESA, destacou que nem todas as
388 demandas dos Comitês são atendidas e os motivos são informados. A comunicação entre os Comitês e
389 a AESA é muito boa. Os Comitês tem a prerrogativa de captar informações reais das bacias e repassar
390 para o órgão gestor. O senhor Porfírio destacou que os Comitês são fortes, organizados, fazem reuniões
391 periódicas que devem ser realizadas conforme o regimento do Comitê. Os Comitês de Bacias
392 Hidrográficas da Paraíba são exemplos para os demais Comitês do Brasil. Nessa reunião extraordinária
393 deve ser apresentado para o Conselho a importância do Comitê, a sua estrutura, como são feitas as
394 plenárias antes da eleição, informar quem é o presidente e os dirigentes do Comitê, o papel das
395 prefeituras. O conselheiro Reynolds, da ABES, destacou que gostaria de responder à questão inicial da
396 conselheira Ana Cristina, sobre quais conselheiros conheciam o Plano de Aplicação dos Recursos do
397 FERH, pois acredita que todos os conselheiros tenham conhecimento dos programas e ações
398 apresentados, pois tudo isso consta no Plano Estadual de Recursos Hídricos, aprovado por este Conselho
399 em 2022. O Plano de Aplicação dos Recursos do FERH apresentado hoje reflete exatamente o que está
400 elencado no Plano Estadual de Recursos Hídricos, falou que estudou profundamente o Plano Estadual e
401 fez várias palestras sobre ele. Prosseguindo, expos que todos os conselheiros, pelo menos os antigos,
402 conhecem o Plano, inclusive os membros dos Comitês que participaram da sua construção. Esse Plano
403 de Aplicação de Recursos do Fundo não tem nenhuma ação diferente das que constam nos Planos de
404 Recursos Hídricos, então parabenizou pelo Plano de Aplicação e falou que gostaria apoiar e estimular
405 para que as ações sejam executadas. Finalizou destacando que os conselheiros precisam conhecer a
406 fundo os Planos de Recursos Hídricos e se ofereceu para fazer apresentações do Plano Estadual de
407 Recursos Hídricos nos Comitês e no Conselho, pois os Planos de Bacias se baseiam no Plano Estadual.
408 O senhor Porfírio agradeceu ao conselheiro Reynolds por ser um divulgador do Plano Estadual de
409 Recursos Hídricos da Paraíba. Destacou que ele se apresentou em vários Fóruns, no Sindicato dos
410 Engenheiros, na Academia de Engenharia, no CREA e em outros Fóruns dentro e fora do Estado da
411 Paraíba. E agora está se dispondo a fazer apresentações nos Comitês e no Conselho. A apresentação
412 feita pelo conselheiro Reynolds é bem específica, ele mostra e destrincha todas as ações e programas
413 elencados no PERH. O conselheiro Reynolds expos que outra coisa que precisa ser posta na reunião é
414 que desde o início da sua atuação aqui no CERH, tem percebido que alguns representantes de Comitês

415 não têm consciência do que é realmente o trabalho, o papel dos Comitês aqui na Paraíba, ficam
416 demandando sedes, cargos, e como o Porfírio falou, a AESA é uma Agência Executiva com estrutura,
417 com um excelente quadro de técnicos, com os melhores técnicos na área de meteorologia e os Comitês
418 representam os usuários da bacia, demandam ações, não executam, mobilizam para reuniões, aprovam
419 os Planos, as ações. Os Comitês devem demandar e não executar, nem fiscalizar pois o papel dele não é
420 executivo, querer ter uma Agência em cada Bacia não é viável. O senhor Porfírio agradeceu ao
421 conselheiro Reynolds e já solicitou que a secretária do CERH anotasse, para pautar uma apresentação do
422 conselheiro Reynolds sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos e sobre o papel dos Comitês.
423 Prosseguindo, o senhor Porfírio apresentou o Parecer da Câmara Técnica de Temas Especiais – CTTE,
424 aprovando o Plano de Aplicação dos Recursos do FERH para 2026 e, não havendo mais manifestação
425 colocou em votação a aprovação do Plano. O Plano de Aplicação dos Recursos do FERH para 2026 foi
426 aprovado por unanimidade. Em sequência, o senhor Porfírio convidou os conselheiros para participarem
427 do III Simpósio de Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, que será realizado nos dias 12 e 13 de
428 novembro no auditório da PBTUR, em Tambaú. O convite e a programação já foram enviados para os
429 membros do Conselho. Serão dois dias de excelentes palestras. Seguindo a Pauta, o senhor Porfírio
430 passou para os Informes. Expos que no dia 1º de outubro foi a Brasília, representando a AESA na
431 cerimônia alusiva à posse dos três novos diretores da ANA: Cristiane Collet Battiston, Larissa Oliveira
432 Rêgo e Leonardo Góes Silva. Explicou que após a cerimônia na ANA, ele e o Diretor Administrativo e
433 Financeiro da AESA, Joacy Mendes, foram a Teresina para participar do 1º Workshop Piauiense de
434 Segurança Hídrica, promovido pelo Banco Mundial, que foi realizado nos dias 2 e 3 de outubro.
435 Destacou que na ocasião, a AESA partilhou experiências sobre os desafios e o histórico de avanços na
436 governança das águas, contribuindo com o debate sobre gestão hídrica e fortalecendo a troca de
437 conhecimentos entre instituições do Nordeste. Foi informado que os Comitês de Bacias Hidrográficas
438 do Estado do Piauí enfrentam muitos problemas, não conseguem nem se reunir para eleger a diretoria
439 do Comitê. Em seguida, a convite da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do
440 Maranhão (SEMA), representando a AESA participou do XI Encontro Técnico Agenda Azul da
441 Amazônia Legal, realizado em São Luís, no período de 8 a 10 de outubro, onde apresentou o modelo de
442 sustentabilidade financeira e cobrança pelo uso da água adotado na Paraíba, reconhecido nacionalmente
443 como uma referência em eficiência e transparência na gestão dos recursos hídricos. Informou que o
444 evento reuniu técnicos e gestores dos Estados que compõem a Amazônia Legal, além de representantes
445 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). O diretor Administrativo Financeiro da
446 AESA, Joacy Mendes Nobrega também esteve presente nesse evento. O encontro promoveu o
447 intercâmbio de experiências e debates sobre estratégias de financiamento, governança e fortalecimento
448 dos Sistemas Estaduais de Gestão das Águas, reforçando o compromisso conjunto com a
449 sustentabilidade hídrica e ambiental da região. Prosseguindo, o senhor Porfírio informou que,

representando a AESA, também participou da solenidade de abertura do Seminário Estadual de Saneamento Ambiental da Paraíba - Sanear-PB, promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Seção Paraíba (Abes-PB). Durante o evento, que reuniu especialistas e autoridades do setor, integrou a mesa de abertura, reforçando o compromisso da AESA com a gestão eficiente dos recursos hídricos do Estado. Também participou do painel “Meio Ambiente e Recursos Hídricos”, onde abordou o tema “A Atuação da AESA na Segurança Hídrica do Estado da Paraíba”. O painel foi mediado pelo diretor de Operação e Monitoramento dos Recursos Hídricos da AESA, Beranger Arnaldo de Araújo, e contou com a presença de técnicos e autoridades do setor. Destacou que o Sanear-PB foi um espaço fundamental para se discutir os desafios e as oportunidades na gestão dos recursos hídricos e do saneamento ambiental em nosso Estado. A universalização do acesso à água e o uso sustentável dos nossos recursos naturais são prioridades que devem nortear todas as nossas ações. O senhor Porfírio destacou que a AESA participou de vários outros eventos realizados no Estado da Paraíba e também em outros Estados, onde foram abordados assuntos sobre recursos hídricos. Informou que a AESA recebeu a visita da equipe da Agência de Água do Espírito Santo, para conhecer a gestão dos recursos hídricos na Paraíba e conhecer o Sistema Estadual de Informações de Riscos Agrohidroclimáticos - SEIRA. A conselheira Adriana, da ABRHidro perguntou quando será a reunião extraordinária. O senhor Porfírio respondeu que, provavelmente, será em março de 2026. Em seguida, o senhor Porfírio informou que a 72ª Reunião Ordinária do CERH será realizada no dia 10/12, com uma programação extensa, no auditório do Hotel Littoral, na Avenida Cabo Branco, onde também será oferecido um almoço para os membros do CERH, solicitou que os conselheiros reservassem esse dia. No período da manhã será apresentado o Relatório Anual da AESA e em seguida será a apresentação dos Relatórios Finais dos Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas Litorâneas, que precisam da aprovação do Conselho. No período da tarde será realizada uma Consulta Pública sobre o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba e a participação do Conselho é muito importante. Em breve será enviada a convocação para a reunião. Para finalizar, solicitou que as demandas/expedientes para o Conselho sejam encaminhadas com antecedência para o seu e-mail ou para o e-mail da Itaci, para que se possa preparar e trazer a resposta na reunião. A Secretaria Executiva do CERH está sempre a disposição deste Conselho, que é a instância máxima do nosso Sistema de Recursos Hídricos. Não havendo mais manifestação, o senhor Porfírio agradeceu aos presentes e declarou encerrada a 71ª Reunião Ordinária do CERH. Esta Ata foi lavrada por mim, Maria Itaci Leal e será encaminhada para todos os Conselheiros presentes à Reunião, para aprovação (relação em anexo).

ESTADO DA PARAÍBA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH

LISTA DE PRESENÇA CONSELHEIROS

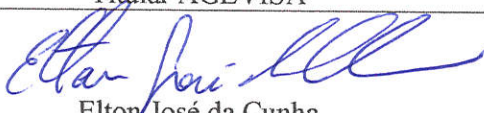
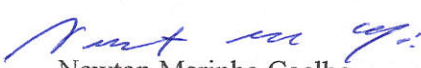
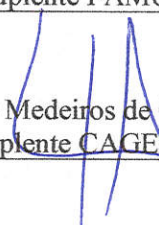
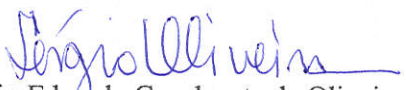
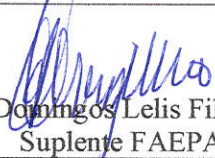
71ª Reunião Ordinária do CERH

Data: 22.10.2025 às 09h00min

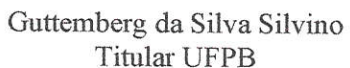
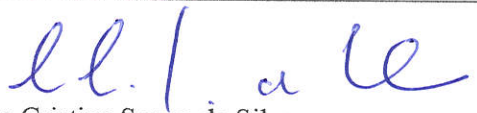
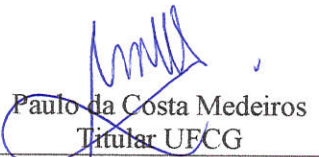
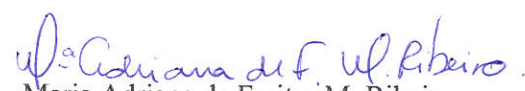
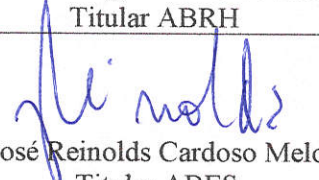
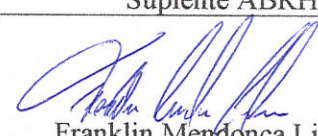
REUNIÃO PRESENCIAL

Deusdete Queiroga Filho Presidente do CERH	 Porfírio Catão Cartaxo Loureiro Secretário Executivo do CERH
José Jakson Amâncio Alves Titular SEPLAG	 Kenia Karoline Sousa da Cruz Suplente SEPLAG
Joaquim Hugo Vieira Carneiro Titular SEDAP	Demilson Lemos de Araújo Suplente SEDAP
Virgiane da Silva Melo Titular SEIRH	 Ylka Farias Ferreira Suplente SEIRH
Luiz Francisco de Almeida Titular SES	Liliane Monteiro Lino Leite Suplente SES
Isis Rafaela Rodrigues da Silva Titular SEMAS	 Jancerlan Gomes Rocha Suplente SEMAS
 Beranger Arnaldo de Araújo Titular AESA	Andrea Lira Cartaxo Suplente AESA
Marcelo Antônio C.C. de Albuquerque Titular SUDEMA	Samara Galvão da Silva Suplente SUDEMA

ESTADO DA PARAÍBA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH

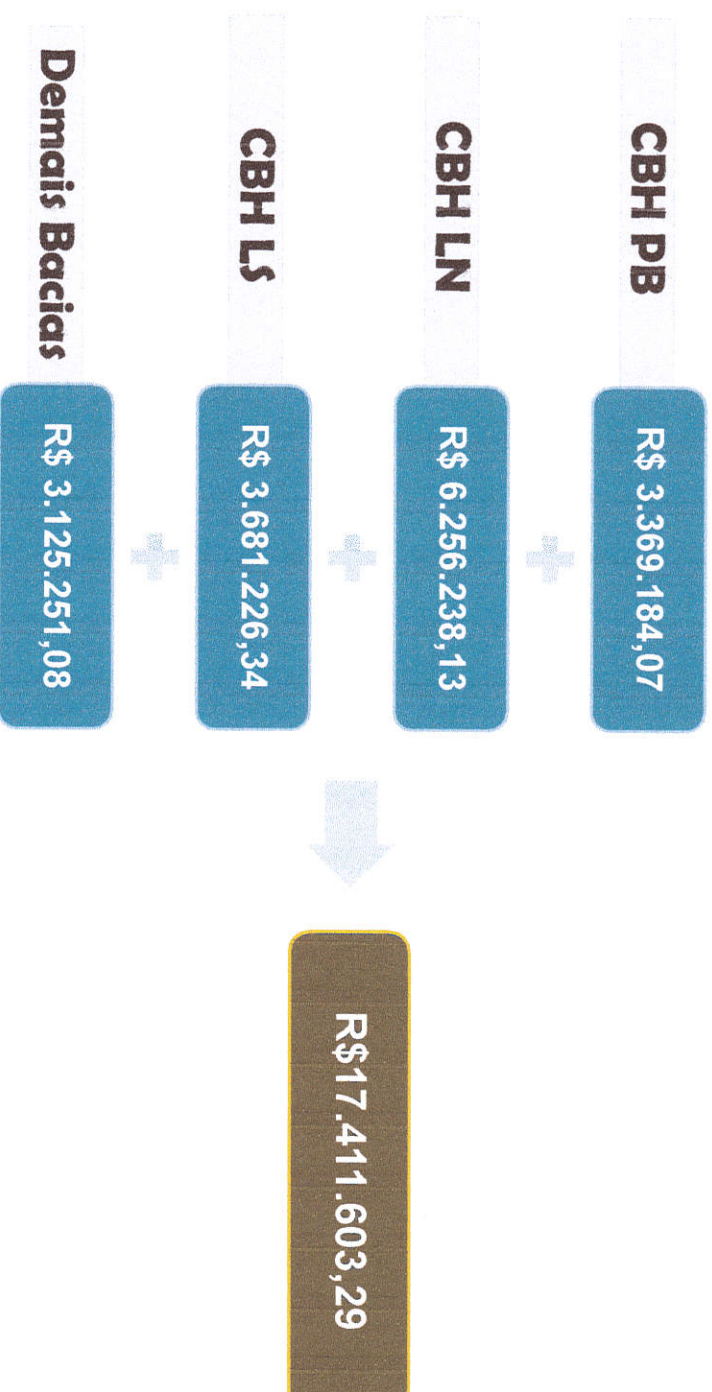
Márcio Fernando Ducat Titular AGEVISA	Alexander Jerônimo Rodrigues Leite Suplente AGEVISA
 Elton José da Cunha Titular EMPAER	João de Assis Bezerra Neto Suplente EMPAER
Marcílio Lira de Araújo Titular DNOCS	Danilo Augusto Santos de Magalhães Suplente DNOCS
 Carinne Moreira Barbosa Titular IBAMA	Rodrigo Dutra Escarião Suplente IBAMA
 Newton Marinho Coelho Titular FAMUP	Jonh Anderson David de Lima Suplente FAMUP
 Thiago Pessoa de Sousa Titular CAGEPA	 Wallace Medeiros de Oliveira Suplente CAGEPA
 Sérgio Eduardo Cavalcante de Oliveira Titular FIEP/SINDUSCON	Ovídio Ferreira Maribondo Suplente FIEP/SINDUSCON
Jair Correia Matos Titular FAEPA	 Domingos Lelis Filho Suplente FAEPA
 Alfredo Nogueira da Silva Neto Titular ASPLAN	Francisco Siqueira de Lima Neto Suplente ASPLAN
Edmundo Coelho Barbosa Titular SINDALCOOL	Danilo da Silva Maciel Suplente SINDALCOOL

ESTADO DA PARAÍBA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH

 Guttemberg da Silva Silvano Titular UFPB	 Ana Cristina Souza da Silva Suplente UFPB
 Paulo da Costa Medeiros Titular UFCG	Hugo Morais de Alcântara Suplente UFCG
José Etham de Lucena Barbosa Titular UEPB	Joseline Molozzi Suplente UEPB
Victor Hugo Rabelo Coelho Titular ABRH	 Maria Adriana de Freitas M. Ribeiro Suplente ABRH
 José Reynolds Cardoso Melo Titular ABES	 Franklin Mendonça Linhares Suplente ABES
Valdemir Azevedo Pereira Titular CBH-PB	Alexandre Maciel Guerra Suplente CBH-PB
Ivanildo Santana Duarte Titular CBH-LS	 Josinaldo Francisco da Silva Suplente CBH-LS
Mirella Leôncio Motta e Costa Titular CBH-LN	Natanael Leal da Silva Suplente CBH-LN
Hermano Oliveira Rolim Titular CBH-PPA	Maria de Lourdes Santana dos S. e Araújo Suplente CBH-PPA

Recursos Necessários

2026



Recursos Necessários

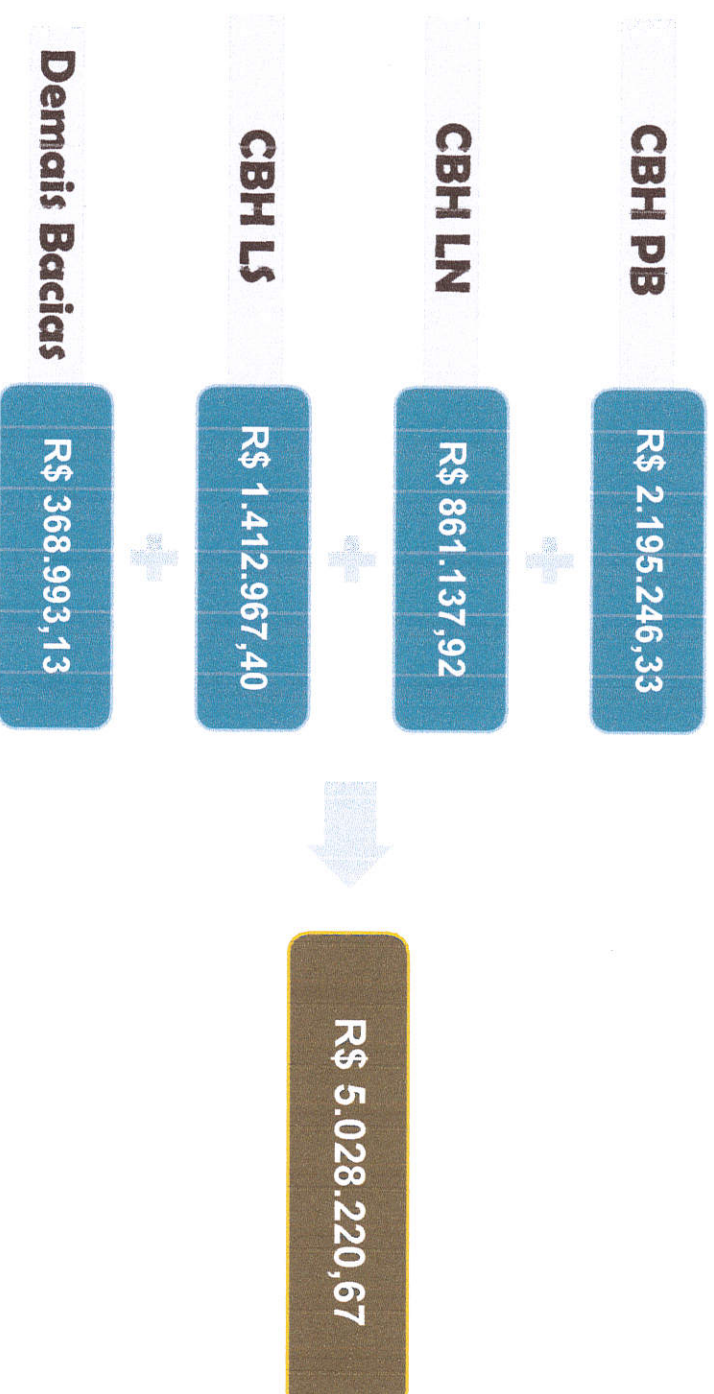
2027



O custo estimado para cada uma das ações foi obtido a partir de memória de cálculo, apresentada como anexo do plano.

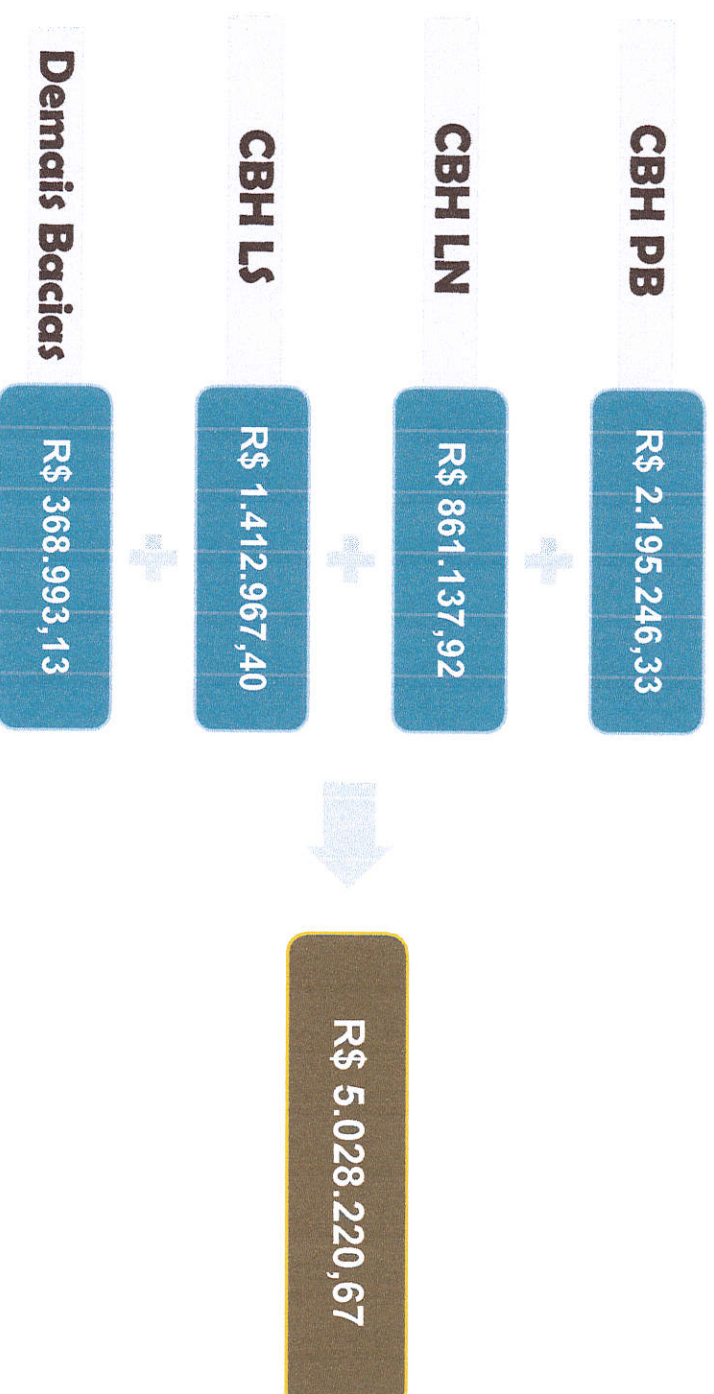
Recursos Necessários

2028



Recursos Necessários

2029



O custo estimado para cada uma das ações foi obtido a partir de memória de cálculo, apresentada como anexo do plano.

PARECER DA CÂMARA TÉCNICA DE TEMAS ESPECIAIS - CTTE

Aos 02 (dois) dias do mês de outubro de 2025, às 09h00, os membros da Câmara Técnica de Temas Especiais – CTTE, se reuniram de forma presencial/virtual para analisar e aprovar o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH para o ano de 2026, e emitir Parecer para apresentação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH.

Estavam presentes à reunião os senhores João Pedro Chaves da Silva Rodrigues (Setor Público Estadual/AESA), Alfredo Nogueira da Silva Neto (Comitê de Bacias/CBH-LS), Carolina Baracuh Amorim A. Sacuma (Usuário de Água/CAGEPA), Marcelo Martins Andrade (Usuário de Água/SINDALCOOL). As servidoras da AESA Lovania Werlang, Bianca Maria Limeira de Azevedo e Maria Itaci Leal, que foi convidada para secretariar a reunião.

Após a abertura dos trabalhos e as explanações realizadas pela servidora da AESA Lovania Werlang, os membros da Câmara Técnica analisaram o Plano e a utilização dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH para o ano de 2026 e recomendaram a sua aprovação com execução integral dos recursos apresentados no Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos.

Diante do exposto, a Câmara Técnica decidiu, por unanimidade, recomendar a aprovação do Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos para 2026.

Assinado de forma digital por João Pedro Chaves da Silva Rodrigues
DN: cn=João Pedro Chaves da Silva Rodrigues, o=CSR Engenharia,
ou=Matriz, email=csr.projetoseconsultoria@gmail.com, c=BR
Dados: 2025.10.15 09:55:25 -03'00'

João Pedro Chaves da Silva Rodrigues
Setor Público Estadual/AESA

Documento assinado digitalmente



CAROLINA BARACUHY AMORIM ARRUDA SACUM
Data: 02/10/2025 15:25:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Carolina Baracuh Amorim A. Sacuma
Usuário de Água/CAGEPA

Documento assinado digitalmente



MARCELO MARTINS ANDRADE
Data: 15/10/2025 10:32:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marcelo Martins Andrade
Usuário de Água/SINDALCOOL

ALFREDO NOGUEIRA
DA SILVA
NETO:04978976448

Assinado de forma digital por
ALFREDO NOGUEIRA DA SILVA
NETO:04978976448
Dados: 2025.10.14 14:35:14 -03'00'

Alfredo Nogueira da Silva Neto
Comitê de Bacias/CBH-LS